

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CETREDE - CENTRO DE TREINAMENTO E
DESENVOLVIMENTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO
ENSINO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

**REAVALIAÇÃO DA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR PARA A
INCLUSÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO
ENSINO FUNDAMENTAL**

ROBERTA TERESA SILVA ABREU

**FORTALEZA
2006**

REAVLIAÇÃO DA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR PARA A
INCLUSÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO
ENSINO FUNDAMENTAL

ROBERTA TERESA SILVA ABREU

Monografia apresentada ao curso de especialização em planejamento do ensino e avaliação da aprendizagem, da universidade federal do ceará em parceria com a CETREDE, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em planejamento.

FORTALEZA
2006

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em planejamento do ensino e avaliação da aprendizagem pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Roberta Teresa Silva Abreu

MONOGRAFIA APROVADA EM : ___/___/_____

Rui Martinho Rodrigues
Orientador

“Todos fazemos parte do meio ambiente. Há uma ligação em tudo. Todos somos responsáveis pela construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”.

(Anônimo)

DEDICATÓRIA

Dedico a realização deste trabalho aos meus pais, Antonio de Jesus e Maria do Carmo, ao meu marido Márcio e ao meu irmão Eduardo, por serem as pessoas mais importantes em minha vida, e também ao meu orientador Rui Martinho o qual me ajudou como mentor intelectual na produção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir, através de seu poder supremo, que eu pudesse concluir este trabalho; aos meus pais, aos meus familiares; irmãos; ao meu marido; pelo apoio e ajuda em sua construção; aos colegas do curso de especialização, especialmente àqueles que adentraram pelo companheirismo e amizade de longa data; e também ao orientador Rui Martinho, meu orientador nesta monografia.

RESUMO

Esta monografia analisa a reavaliação do currículo para a inserção da disciplina de educação ambiental nas séries de ensino fundamental, com o intuito de construir uma sociedade mais consciente e preocupada com o futuro do meio ambiente em sua totalidade. O grande problema é que essa mudança requer o apoio de todos os órgãos competentes, e as principais partes políticas, econômicas e sociais.

Vive-se numa sociedade desinformada e alienada, a qual não se preocupa com o mal que a mesma pratica para a degradação do meio ambiente. O homem não pensa que os meios naturais podem um dia vir a sumir, por isso, vivem o hoje, degradando, usando de forma inadequada, sem pensar no amanhã. Com isso, este trabalho, tem o objetivo de propor soluções para construção uma sociedade mais consciente e formadora de uma mentalidade ambientalista e preocupada em construir uma população com o desenvolvimento sustentável e transformador. Pois, na natureza nada se destoe tudo se transforma. Depende da maneira como a mesma é utilizada ou reutilizada.

A população deve estar atenta aos limites impostos pela natureza, observando o que é habitat, ambiente, desenvolvimento sustentável, materiais reciclável. Enfim, vale ressaltar que a natureza pode ser fonte de riquezas absolutas, que podem ser usadas pelos mesmos. Com isso, o homem absolvendo essa teoria pode explorar da natureza uma infinita riqueza, mas não podendo deixar de ser ressaltado que essa riqueza precisa ser repostas para que seja infinita, caso contrário à mesma pode até desaparecer.

A escola tem um papel fundamental na construção dessa mentalidade ambientalista. Pois através da escola a criança, que é o futuro do amanhã pode levar sua mentalidade a envolver seus pais, seus vizinhos, enfim, esse pensamento acaba construindo uma teia social de pessoas que manifestam seu interesse com o meio ambiente. Essa mentalidade acaba virando um hábito que futuramente poderá vir a ser uma cultura.

O desenvolvimento de uma sociedade inteligente depende da maneira como é inserida na mente da população, tudo depende de uma cultura a ser adquirida através da escola, da política, da informação, pelos meios de comunicação. Enfim, se a política governamental se propuser focar os tópicos ambientais, a sociedade se manifestaria com mais frequência e a natureza seria menos degradada.

SUMÁRIO

RESUMO	VII
1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Problematização	9
1.2 Justificativa	10
1.3 Objetivos específicos	10
1.4 Objetivos gerais	10
1.5 Delimitação	11
1.6 Metodologia	11
2 MEIO AMBIENTE	12
2.1 O que é Educação ambiental ?	12
2.2 Definições sobre educação ambiental	13
2.3 Educação Ambiental: Por que fazer ? Como fazer ? Para que fazer ? E quem deve fazer ?	17
2.4 Como surgiu a Educação Ambiental ?	19
3 O HOMEM	20
3.1 O homem quem é ele ?	20
3.2 O homem seu habitat, ambiente e cultura	21
3.3 O homem inserido em uma natureza sustentável	22
4 CURRÍCULO ESCOLAR	24
4.1 Conceito de currículo nas várias concepções teóricas	24
4.2 Concepção: educação ambiental no ensino formal brasileiro ..	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problematização

O Brasil possui uma vasta área verde com fauna e flora invejável e é composta por uma imensidão de rios, lagos e mares .Cada região possui sua peculiaridade e característica especial .

Dentro desse imenso país encontra-se inserido a figura do homem que movida pela sua própria ambição e muitas vezes não atenta para as preocupações ambientais devasta essa beleza natural. Não leva em consideração que dá mesma forma que o país cresce com o capitalismo desenfreado e sua industrialização , também cresce a sua população,e com ela surgem vários problemas,entre eles destacam-se a questão ambiental, pois essa população não tem um preparo significativo para a proteção ambiental,e com isso, acabam por devastar a natureza .isso pode ser constatado desde o simples fato de uma pessoa jogar um papel pela janela do carro , ou jogar lixo nos rios, desperdiçar água. Até um grande derramamento de óleo no mar por alguma empresa petrolífera, que com certeza irá devastar aquele ecossistema por um longo período, ou a devastação da floresta amazônica, que irá provocar um desequilíbrio ambiental. Enfim, essa mentalidade do ser humano e precisa ser mudada.

A sociedade e principalmente a escola, podem contribuir para o fortalecimento da consciência ambiental. E essa consciência deve ser iniciada na infância e aprofundada na adolescência. Para que as crianças de hoje possam se conscientizar e serem amanhã cidadãos preocupados e portadores de uma cultura voltada para a preservação do meio ambiente. Isso poderia evitar os inúmeros problemas que são visto hoje com tanta frequência.

O problema ambiental é muito abrangente. Pois, envolve as questões sociais, políticas e econômicas do país. Por isso que através dessa análise critica, abordo a importância da reavaliação da integralização curricular para a inclusão da disciplina de educação ambiental no ensino fundamental. Pois segundo os PCN'S, educação ambiental faz parte de um dos temas transversais. E isso, faz com que esse assunto seja discutido de forma superficial e com muita limitação. Com isso, o educador não leva em consideração a importância significativa que o aluno poderia ter com o aprofundamento dessa disciplina.

1.2. Justificativa

Esta monografia se justifica por trazer informações básicas que sirvam de instrumentos de trabalho àqueles interessados neste tema, contribuindo para o esclarecimento das inúmeras controvertidas questões da natureza conceitual e metodológica na prática da educação ambiental, algumas destas distantes da realidade e interesse da clientela envolvida.

A expectativa deste trabalho é que seja útil como estímulo para a implantação desta disciplina como parte integrante do currículo, e também que sirva como material de apoio didático aos diferentes agentes que fazem acontecer a educação ambiental - profissionais da educação, lideranças comunitárias, profissionais dos vários setores da sociedade, grupos e demais pessoas que estejam construindo ou interessados em construir uma prática de educação ambiental nas escolas e na sociedade. Com isso, esse tema desperta várias indagações sobre a implantação da disciplina de educação ambiental no currículo como uma questão prioritária para o equilíbrio de uma sociedade. O ambiente tem seu valor e deve ser respeitado por todos. E o ser humano deve estar ciente do mundo em que está inserido dos direitos e deveres para com a natureza.

Educação ambiental é um tema bastante interessante e envolvente, pois traz uma motivação extra para a educação. Além de ser um tema multidisciplinar, pois envolve uma variedade de informações. E áreas importantes como Geografia, biologia, Ecologia.

O que é educação ambiental ? Como surgiu ? Por quê ? Para que ? Quem deve fazer ? Como fazer ? São questões que nortearam a construção desta monografia, voltada aos que trabalham como agentes disseminadores de uma nova sociedade.

1.3. Objetivos específicos

- Reavaliar a grade curricular para incluir a educação ambiental.
- Despertar a consciência ambientalista na população
- Descrever práticas sócias - educativas relacionadas ao meio ambiente nas escolas.
- Fortalecer a preocupação com o meio ambiente e suas limitações.
- Promover o enraizamento da Educação ambiental em todos os setores da sociedade;
- Contribuir para a potencialização dos distintos atores e atrizes do campo da educação ambiental

1.4. Objetivos gerais

Reavaliar o currículo para inclusão da disciplina de educação ambiental no ensino fundamental, visando construir uma sociedade ambientalista e formadora de uma cultura que propicie a formação de uma nação preocupada com a natureza e seu desenvolvimento sustentável.

1.5. Delimitação

Procurei as causas que levam as pessoas à não preservarem o bem maior que é a natureza. Devido aos efeitos catastróficos e observei a questão dá falta de consciência por parte da população e principalmente a falta de educação com seu próprio habitat, e com a natureza em si.

1.6. Metodologia

Procurei fundamentar essa monografia através de pesquisas feitas em livros, artigos científicos e revistas de circulação ampla e mais especializada, que são fontes secundárias, as quais abordam uma interpretação mais científica e teórica, e também nas fontes primárias como jornais de circulação, e na própria internet.

2. MEIO AMBIENTE

2.1. O que é Educação Ambiental ?

Definir educação ambiental é falar sobre educação dando-lhe uma nova dimensão ambiental contextualizada e adaptada à realidade interdisciplinar, vinculada aos temas ambientais locais e globais.

Este novo enfoque busca a consciência crítica que permita o entendimento e a intervenção de todos os setores da sociedade, encorajando o surgimento de um novo modelo de sociedade, onde a preservação dos recursos naturais seja compatível com o bem-estar sócio-econômico da população.

Para melhor entendimento do por que do envolvimento dos vários setores da sociedade e assim de todas as áreas do conhecimento neste trabalho, é necessário o aprofundamento de alguns conceitos que estão na base da proposta para educação ambiental, ou seja, o que encerra o conceito ambiente? E o que encerra o conceito homem.

O ambiente é a totalidade do planeta e os elementos que compõem: físicos, químicos e biológicos, tanto os naturais, tanto naturais quanto os artificiais, tanto os orgânicos quanto os inorgânicos na sociedade, onde a rede de inter-relações existentes entre estes elementos se encontra em estreita dependência e influência recíproca.

“O homem é um dos elementos do ambiente formado de partes: o biológico, o racional, e o emocional, que estão em permanente integração e inter-relação entre si e com outros elementos da natureza, nos diferentes níveis de sua evolução. Esta influência recíproca fez nascer o homem social, que ao incorporar todas estas dimensões, alicerça a história da construção humana em estreita e contínua reciprocidade”. A educação ambiental é um tema mais sério do que geralmente tem sido apresentado na sociedade. É um apelo à seriedade do conhecimento é uma busca de propostas corretas de aplicação de ciências. Um tópico que se identifica com um processo que envolve um vigoroso esforço de recuperação da realidade nada simples. Uma ação, entre missionária e utópica, destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou jamais alcançados. Um esforço permanente na reflexão sobre destino do homem e de todos os seres vivos, em face de harmonia das condições naturais e o futuro do planeta “vivente”, por excelência. Um processo de educação ambiental garante um compromisso com o futuro. Envolvendo uma nova filosofia de vida, e um novo âmbito individual, quanto na escala coletiva.

Para atingir seus objetivos, a educação ambiental - aquela verdadeira e incorruptível exige uma sensibilidade especial para as particularidades da natureza e a melhoria da estrutura da sociedade. Logo carece de certo conhecimento articulado sobre a região que serve de suporte para homens habitantes, homens produtores e homens integrados em certas condicionantes sócio-econômicas. Ou seja, é impossível consolidar um corolário de educação ambiental exclusivamente atendendo á escala planetária ou a escala nacional.

Pelo contrário, ele envolve todas as escalas. Começa em casa, atinge a

rua, adentra as florestas, os rios, a mata. Enfim, envolve toda a relação de vida do ser humano com a natureza.

A fim de colaborar para uma visão mais abrangente da Educação Ambiental, aqui são apresentadas algumas "definições". A fonte de pesquisa foi exclusivamente a Internet, e após cada definição está disponibilizada a autoria e o link correspondente. Que este trabalho possa colaborar para a construção e elaboração do conceito de Educação Ambiental.

2.2. Definições sobre Educação Ambiental

Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da Educação, orientada para a solução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental - Tbilisi, Geórgia (ex URSS).

A definição oficial de educação ambiental, do Ministério do Meio Ambiente: "Educação ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros".

De acordo com o conceito de educação ambiental definido pela comissão interministerial na preparação da ECO-92. " A educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões sócio-econômica, política, cultural e histórica, não podendo se basear em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágios de cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a Educação Ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro." (Leão e Silva,1995).

O CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente - define a Educação Ambiental como um processo de formação e informação orientada para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das que levem à participação do equilíbrio ambiental.

A Lei Federal nº 9.795 define a Educação Ambiental como "o processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (art.1º, Lei Federal nº 9.795, de 27/4/99)

Para a UNESCO "A educação ambiental é um processo permanente nos quais os indivíduos e as comunidades tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na

busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987)".

Na conferência de Estocolmo em 1972 "A finalidade da educação ambiental é formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e problemas com ele relacionados, e que possua os conhecimentos, as capacidades, as atitudes, a motivação e o compromisso para colaborar individual e coletivamente na resolução de problemas atuais e na prevenção de problemas futuros" (UNESCO, 1976, p.2).

Stapp et alii (1969), definiu a Educação Ambiental como um processo que tem como objetivo a formação de cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados, possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas.

Mellowes (1972), define que Educação Ambiental seria um processo no qual deveria ocorrer o desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseado em um completo e sensível entendimento de relação do homem com o meio.

A educação Ambiental é um processo que envolve um vigoroso esforço de recuperação de realidades e que garante um compromisso com o futuro. Uma ação entre missionária utópica destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou jamais alcançados. "Trata-se de um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual quanto coletivo".

Segundo Lucas (1980) a EA tem sido entendida e desenvolvida enquanto educação sobre o ambiente, educação no ambiente, educação para o ambiente e pelas classes formadas pelas possíveis combinações entre estas três categorias. A educação sobre o ambiente procura desenvolver o conhecimento e a compreensão, incluindo as capacidades necessárias para obter este conhecimento. A educação para o ambiente procura a preservação ou melhoria do ambiente. Ambas são caracterizadas pelos seus objetivos. Por outro lado, a educação no ambiente caracteriza-se por ser uma técnica de ensino – aprendizagem, e o termo ambiente geralmente significam o mundo fora da sala de aula ou, de uma forma geral, o contexto natural e/ou social em que as pessoas vivem.

Educação Ambiental é "o processo de reconhecer valores e aclarar conceitos para criar habilidades e atitudes necessárias que sirvam para compreender e apreciar a relação mútua entre o homem, sua cultura e seu meio circundante biofísico. A educação ambiental também incluiu a prática de tomar decisões e auto formular um código de comportamento com relação às questões que concernem à qualidade ambiental" (GONÇALVEZ,1990).

Educação Ambiental é "o processo educacional de estudos e aprendizagem dos problemas ambientais e suas interligações com o homem na busca de soluções que visem a preservação do meio ambiente" (SANTOS, Antônio Silveira R. dos. A importância da Educação Ambiental. Jornal A Tribuna – Santos-SP,31.5.99).

Faria (1992) define educação ambiental como conhecimento das estruturas, de composição e da funcionalidade da natureza, das interferências do que o homem produziu sobre esta estrutura, essa composição e essa funcionalidade.

Segundo Gonçalves (1990) a Educação Ambiental não deve ser entendida como um tipo especial de educação. Trata-se de um processo longo e contínuo de aprendizagem de uma filosofia de trabalho participativo em que todos: família, escola e comunidade; devem estar envolvidos. O processo de aprendizagem de que trata a educação ambiental, não pode ficar restrito exclusivamente à transmissão de conhecimentos, à herança cultural do povo, às gerações mais novas ou a simples preocupação com a formulação integral do educando inserindo em seu contexto social. Deve ser um processo de aprendizagem centrado no aluno, gradativo, contínuo e respeitador de sua cultura e de sua comunidade. Deve ser um processo crítico, criativo e político, com preocupação de transmitir conhecimentos, a partir da discussão e avaliação crítica dos problemas comunitários e também da avaliação feita pelo aluno, de sua realidade individual e social, na comunidade em que vive .

Para Jaume Sureda e Antoni J. Colom deve ocorrer "conjunção e coordenação de três fases ou etapas: educação sobre o meio (em referência explícita aos conteúdos), educação através do meio (incidência metodológica e mediadora) e educação em prol do meio (mensagem axiológica e teleológica)".

"A EA deve considerar o Meio Ambiente em sua totalidade, deve ser contínua, deve atingir todas as faixas etárias, ocorrer dentro e fora da Escola e examinar as questões ambientais locais, nacionais e internacionais, sob um enfoque interdisciplinar. Estes princípios devem orientar nossas ações" (João Agnaldo da Costa Muniz).

"A educação ambiental se torna um exercício para a cidadania. Ela tem como objetivo a conscientização das pessoas em relação ao mundo em que vivem para que possam Ter cada vez mais qualidade de vida sem desprezar o meio ambiente natural que a cercam. Essa conscientização se dá a partir do conhecimento dos seus recursos, os aspectos da fauna e da flora gerais e, específicos de cada região; e, os problemas ambientais causados pela exploração do homem, assim como Os aspectos culturais que vão se modificando com o passar do tempo e da mudança dos recursos naturais, como a extinção de algumas espécies por exemplo. O maior objetivo é tentar criar uma nova mentalidade em relação a como usufruir os recursos oferecidos pela natureza, criando assim um novo modelo de comportamento (...) A educação ambiental é um exercício para a participação comunitária e não individualista" (Márcia Helena Quinteiro Leda – Fonte: Marcos Reigota).

"Sou um pouco avesso a definições fechadas. Peço desculpas às pessoas veteranas na área, mas seria mais interessante falar de um breve histórico da evolução do conceito de Educação Ambiental (EA), desde o seu aparecimento em 1965, na *Royal Society of London*, quando foi associado à preservação dos sistemas vivos. Já na década de 70, a União Internacional de Conservação da Natureza (UICN) associou o mesmo à conservação da biodiversidade. Como um prolongamento da histórica Conferência de Estocolmo (1972) e da Reunião de Belgrado (1975), na Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental promovida pela UNESCO em Tbilisi (Geórgia, ex-URSS), em 1977, a Educação Ambiental (EA) foi definida como "*um processo de reconhecimento de valores e elucidação de conceitos que levam a desenvolver as habilidades e as atitudes necessárias para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e*

seus meios físicos. “A EA também envolve a prática para as tomadas de decisões e para as autoformulações de comportamentos sobre os temas relacionados com a qualidade do meio ambiente”. No Fórum das ONGs, realizado paralelamente à Conferência Rio 92 (o qual produziu a Agenda 21), referendando e ampliando o conceito anterior, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, “reconhece o papel central da educação na formação de valores e na ação social e para criar sociedades sustentáveis e eqüitativas (socialmente justas e ecologicamente equilibradas)”, e considera a EA “um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida, o que requer responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário”. Como se vê, aqui já se constata uma profunda transformação de uma visão extremamente naturalista e antropocêntrica (animais e plantas servem para...), confundindo natureza e meio ambiente (que é uma representação social), para uma conceituação que envolve outras dimensões, além da ecológica: afetiva, social, histórica, cultural, política, ética e estética. A própria Constituição de 1988 e a Lei da EA (Lei 9795 de 27/4/1999) incorporam esta evolução conceitual, como se vê no art. 1º da mesma: “Entende-se por educação ambiental os processos por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Fernando Antônio Guerra).

Vou resumir a importância da educação ambiental com uma palavra, pois para mim ela é – fundamental. Como eu tenho contato com pessoas que se envolvem com educação ambiental em diferentes realidades, verifiquei que os conceitos são trabalhados de forma a adequá-los ao público alvo e a realidade local. Hoje sabemos que a educação ambiental enquanto processo pedagógico abarca uma diversidade muito grande de metodologias, enfoques e abordagens. O que me parece ser relevante em todo o processo da educação ambiental, seja formal ou não formal, é que os indivíduos - educandos e educadores - sejam respeitados nas suas idiossincrasias, e que as atividades e ações levem em consideração as particularidades do entorno, ou seja, do contexto social. Penso que nós seres humanos precisamos reaprender a nossa existência na Terra, para podermos enxergar e entender que a teia da vida é um intrincado movimento de aprendizagem que vem ocorrendo há bilhões de anos. Para isso é necessário que incorporemos a modéstia que nos cabe em relação a quem somos, da onde viemos e para onde vamos. O avanço do conhecimento humano no campo da ecologia nos faz compreender que somos apenas mais um elo da corrente de sustentação da vida na Terra. Por isso acredito que agora, além da necessidade da educação ambiental é preciso desencadear com urgência um amplo processo de alfabetização ecológica, visto que é fundamental que todos adquiram conhecimentos básicos de ecologia, para que se possa aprender com a vida, que não pára nunca, de aprender. Vejo que os educadores e educadoras ambientais são pessoas muito altruístas, desprendidas e dedicadas ao outro e ao mundo. Digo isto porque todo educador e educadora ambiental trabalham para o futuro e dependendo da situação, é um futuro muito longínquo, o que

significa que provavelmente eles não vejam o resultado das mudanças pelas quais se dedicam. Mas isso para um verdadeiro educador ambiental não tem a menor importância. Isso é o verdadeiro compromisso intergeracional. “Acredito na idéia de que somos seres espirituais vivendo umas aventuras humanas, por isso acredito, também, que com o nosso trabalho estamos contribuindo para um novo tempo que está por vir, e que depende muito das decisões que estamos tomando agora no presente. A vida está continuamente a aprender, Oxalá consigamos aprender com ela!”.

2.3. Educação Ambiental : Por que fazer ? Como fazer ? Para que fazer ? E quem deve fazer ?

A educação ambiental é um tema muito discutido atualmente na sociedade, mas, não basta apenas ser discutido em palestras, encontros e congressos, deve ser principalmente colocado em prática. E com isso, deve ser pensando como colocá-lo, ou seja, todos devem estar preparados para assumir papéis na construção da educação ambiental, seja a escola, a sociedade, as empresas, a família. Enfim todos devem estar conscientizados dessa tarefa importante.

Alguns questionamentos precisam ser os alicerces para construção da educação ambiental. A Primeira pergunta “**por que fazer ?**” é o questionamento mais importante, para começar uma discussão que leve a uma motivação. A atual geração tem assistido a um intenso progresso tecnológico que provoca graves conseqüências para a vida no planeta.

Nos últimos anos, a preocupação com a degradação e exaustão dos recursos naturais deixa de ser tema apenas do movimento ambientalista e passa a ser prioridade para diferentes atores sociais, entre eles: podem ser destacados; a escola, a sociedade, empresas entre outros órgãos competentes. Esta mudança está fortemente evidente nos grandes debates que tem acontecido nos mais variados cenários do mundo.

A luta ecológica passa a ser uma luta em defesa da vida. A falência do modelo de desenvolvimento e sociedade dominante, a degradação das relações sociais, a exaustão dos recursos naturais, a fome e a miséria no mundo, são cenas que estão no dia - a - dia de cada cidadão, aqueles que julgavam valer esta destruição intensa e extensa como forma de prover o progresso e o crescimento econômico, tem se deparado com o quadro profundo de desigualdades sociais econômicas e políticas onde a maioria da população do planeta não tem suas necessidades básicas garantidas. A urgência em ser estabelecida em nível mundial, nas relações entre países, uma nova ordem mundial, deve passar em plano central pela reflexão acerca dos temas ambientais da escassez dos recursos naturais, de novas formas de relações entre os homens e destes com o ambiente natural. Esta grave situação que compromete a vida no planeta, levou ao surgimento de novos investimentos em ciência, pesquisas e tecnologias que sejam compatíveis com a preservação ambiental. Como exemplo, tem-se a implantação de tratamento e efluentes poluidores, a reciclagem de resíduos, reciclagem de lixo, entre outros. Além destas experiências que em alguns países já são incorporadas ao dia-a-dia da população, outros instrumentos minimizadores e controladores

foram se consolidando dentro das políticas ambientais públicas e privadas. Pode-se destacar o licenciamento ambiental e seus receptivos estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA) e as auditorias ambientais, que, junto a outros mecanismos, exercem um papel de extrema importância na estruturação de um desenvolvimento sócio-econômico justo e ecologicamente equilibrado.

A educação ambiental soma esforços e, portanto ocupa um espaço protagonista na construção de um novo palco de vida como forma de expressar a mobilização, que levam criticamente à descoberta de novos valores, atitudes, gerando novos padrões éticos a serem construídos e vividos individual e coletivamente.

A segunda pergunta é **“como fazer ?”**. As diretrizes tecnológicas existentes em educação ambiental são muito diversificadas e estão muitas vezes distantes das reais necessidades das comunidades com as quais se pretende desenvolver um projeto de trabalho. As tendências existentes em educação ambiental no Brasil podem ser distintas e cinco categorias básicas, a saber: Educação ambiental conservacionista: Excurções, lutas conservacionista, preservação da fauna e flora.

Educação ambiental biológica: Ênfase na biologia e ciência nos livros didáticos, cadeias alimentares e aspectos da biosfera. Educação ambiental comemorativa: destaca campanhas temporárias, como comemoração da semana do meio ambiente, dia da árvore. Educação ambiental política: vinculação as questões de natureza política, em detrimento dos aspectos naturais.

Educação ambiental crítica: para sociedade sustentável entendimento das origens, causas e conseqüências da degradação ambiental, através de uma metodologia interdisciplinar, visando uma nova forma de vida coletiva. Contudo a experiência adquirida no exercício da educação ambiental nos leva a construir uma metodologia que nasce da nossa realidade de trabalho e é adequada aos interesses e demandas que podem fortalecer o exercício da cidadania. Nas escolas os indicativos metodológicos mais interessantes são: a interdisciplinaridade do planejamento à execução, e adequação à realidade e orientação para solução de problemas relacionados ao meio ambiente.

A terceira pergunta é **“para que fazer ?”**, ou seja para fazer a educação ambiental é necessária a presença de três importantes fatores são eles, o sentimento, que ira estimular a responsabilidade e solidariedade entre os homens e entre estes e os outros elementos da natureza. A razão que promoverá a compreensão da ambiente em sua totalidade resultante do processo permanente de interação e inter-relação de seus elementos, e a ação a qual oferecerá meios para proporcionar a participação responsável e eficaz da população na concepção das decisões que interferem no ambiente. Ao longo da história da humanidade os valores e padrões éticos constituídos não incorporaram a dimensão ambiental. Os paradigmas éticos, filosóficos e econômicos levaram o homem a distanciar-se da natureza. Este distanciamento impede que a sociedade reflita sobre a relação dos homens entre si e destes integrados à natureza a alienação natureza, entre eles o próprio homem.

Neste contexto, a educação ambiental vem contribuir em um processo interativo, participativo e crítico, para o surgimento de uma nova ética social.

Esta nova ética está vinculada e condicionada a mudança de valores, atitudes e práticas individuais e coletivas. Para que passa ser sentida e vivida essa construção desse processo é preciso que a sociedade resgate o pressuposto fundamental da educação ambiental, integração entre as partes, formando um todo, em interação constante homem-ambiente valorizando as estâncias da razão do sentimento, da afetividade e do prazer que irão somar energia para uma ação coletiva, demonstrativa de um novo modelo de sociedade, fazendo acontecer à nova ética desejada, e o último questionamento “**quem deve fazer ?**” a educação ambiental.

Na verdade se for analisada de uma forma precisa, todos os seres humanos responsáveis deveriam estar preocupados com a melhoria do meio em que vivem, ou seja, a sociedade em si possui um papel importante nessa transformação e também, os meios de comunicação, através da divulgação, os poderes públicos através da fiscalização das leis do meio ambiente para que realmente sejam cumpridas.

A escola, através da formação de uma sociedade crítica e conscientizada com os valores ambientais, as empresas, associações, família grupos de jovens, sindicatos. Enfim, havendo essa integração com todos os interessados seria mais fácil a construção de uma sociedade voltada para a preservação do meio ambiente.

2.4. Como surgiu a Educação Ambiental ?

As décadas de 60, 70 e 80 foram marcadas por fortes impactos nas relações do homem com a natureza. Esse período fica conhecido com o momento da alienação do homem com o próprio homem e deste com a natureza. Milhares de hectares de florestas são derrubados, bilhões investidos em armamentos, produtos tóxicos sendo usados indiscriminadamente nos solo, erosão do solo crescente em todos os países, a poluição do ar provocando doenças e mortes e comprometendo a temperatura e o clima do planeta. Nos países pobres o índice de mortalidade cresce a cada dia, esgotos a céu aberto, a quantidade de lixo produzido é assustadora, os mananciais hídricos estão em estado de degradação, a fauna ameaçada e indústrias pesadas e poluidoras continuam se consolidando em escala crescente. Esses cenários foram os alarmes que soaram em nível mundial nos meados dos anos 60, chamando a atenção do mundo para a exaustão dos recursos naturais e fontes de energia, nos quais comprometem a vida em sociedade. Ao constatar esse cenário, o homem, através de suas organizações governamentais e não-governamentais, nas diversas áreas do conhecimento, inicia a concepção de um modelo de desenvolvimento sustentado pautado de forma equilibrada nos parâmetros ecológicos e sócio-econômicos.

3. O HOMEM

3.1. O homem quem é ele ?

Sobre o ponto de vista antropológico, existem algumas teorias do que venha a ser o homem. Os existencialistas e estruturalistas, marxistas e tomistas, evolucionistas e espiritualistas, ateus e cristãos estão todos de acordo em atribuir ao estudo do homem uma importância capital. Eis alguns testemunhos a esse respeito. O evolucionista inglês T.H.Huxley escreve: “A interrogação de todas as interrogações para a humanidade _ o problema que o nosso interesse _ é a determinação do lugar que o homem ocupa na natureza e das suas relações com o universo das coisas. De onde provém a nossa espécie; quais são os limites de nosso poder sobre a natureza e do poder da natureza sobre nós; qual é o fim para o qual caminhamos; esses são os problemas que se deparam novamente e com imutável interesse a cada homem que vem ao mundo”. O mesmo pensamento é expresso pelo fenomenólogo Mx Scheler nos seguintes termos: “Num certo sentido todos os problemas fundamentais da filosofia podem reconduzir-se à questão seguinte: que é o homem e que lugar e posição metafísica ele ocupa dentro da totalidade do ser, do mundo, de Deus” Daí a importância da antropologia filosófica: “Se há um problema filosófico cuja solução é requerida com urgência pela nossa época, este problema é o da antropologia filosófica. Entretanto, é uma ciência fundamental acerca da essência da estrutura eidética do homem; da sua relação com os reinos da natureza (minerais, plantas, animais) e com o princípio de todas as coisas ; da sua origem essencial metafísica e ao seu início físico, psíquico e espiritual do mundo: das forças e potências que agem sobre ele e aquelas sobre as quais ele age; das direções e das leis fundamentais do seu desenvolvimento biológico, psíquico ,espiritual e social, consideradas nas suas possibilidades e realidades Essenciais”. Os problemas da relação entre alma e corpo (entre psíquico e físico) e a relação entre espírito e vida estão compreendendo em tal antropologia, somente a qual poderia dar um válido fundamento de natureza filosófica e , juntamente , finalidades determinadas e seguras à pesquisa de todas as ciências que têm por objeto o homem: ciências naturais e médicas, pré- história ,etnologias, ciências históricas e sociais, psicologia normal e evolutiva, caracteriologia.

Martin Heidegger, expoente máximo do existencialismo e autor de uma das mais agudas e influentes análises fenomenológicas do homem, exprime-se da seguinte maneira a respeito da atualidade e complexidade do problema do homem. “Nunca o homem assumiu um aspecto tão problemático como atualmente”

A importância do estudo do homem é obviamente sublinhada pelos marxistas, para os quais não há no universo um ser maior do que o homem.

Entre eles, podemos colher muitíssimo testemunhos, mas não

acrescentariam muito ao que foi dito pelos autores acima citados. Limitar-nos-emos, portanto, a referir um passo significativo tirado de Dieter Uller. Ele diz: “O interrogar-se sobre o homem, sobre a sua posição presente e futura no mundo, faz parte dos problemas centrais da filosofia. Na conjuntura da passagem mundial da humanidade do capitalismo ao socialismo e do processo de radicais mudanças técnicas-científicas, essa questão ganhou em atualidade. À sua solução são dirigidos também os esforços dos representantes da filosofia burguesa, da sociologia e da cultura, de maneira sempre mais intensa”. Com isso, pode-se concluir que o estudo do “homem” é um estudo muito complexo, e os estudiosos possuem várias vertentes de quem é ele, e qual seu papel na sociedade no meio em que vive e no mundo.

3.2. O homem seu habitat, ambiente e cultura

A emergência da crise ambiental veio mobilizar o pensamento teórico com finalidade de compreender a problemática criada por um processo que se alimenta da destruição e usa bases ecológicas de sustentabilidade e de suas condições de habitabilidade. Daí surgiu uma plêiade de termos que circulam no campo ambiental; desde o antigo conceito biológico e antropológico de meio, até as noções correntes de ecologia, meio ambiente e sustentabilidade que se incorporaram no atual discurso político.

O prefixo eco inseriu-se nas teorias e práticas do mundo atual como uma nova visão sobre a complexa trama ecológica que mantém a vida no planeta e dá suporte aos processos econômicos, sociais e culturais, questionando a visão unidimensional do progresso e dos paradigmas mecanicistas da natureza e da sociedade.

Neste processo, foi sendo construído o conceito de ambiente como uma visão das relações complexas e sinérgicas gerada pela articulação dos processos de ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, política e cultural.

Este conceito de ambiente vem ressignificar o sentido do habitat como suporte ecológico e do habitat como forma de inscrição da cultura no espaço geográfico. O habitat tem sido considerado como o território que fixa ou assenta uma comunidade de seres vivos e uma população humana, impondo suas determinações físicas e ecológicas ao ato de habitar.

Neste contexto, uma visão ambiental das formas de ocupação do território destaca os processos organizadores do habitat através do organismo que o habita, da cultura que o significa, da práxis que o transforma. O habitat é habitado pelas condições ecológicas de reprodução de uma população, mas, por sua vez, é transformado por suas práticas culturais e produtivas. O habitat é suporte físico e trama ecológica; mas também é referente de simbolizações e significações que configuram identidades culturais e estilos étnicos diversos.

O habitat é o lugar em que se constrói e se define a territorialidade de uma cultura, a espacialidade de uma sociedade e de uma civilização, onde se constituem os sujeitos sociais que projetam o espaço geográfico apropriando-se dele, habitando-o com suas significações e práticas, com seus sentidos e sensibilidades, com seus gostos e prazeres. O habitat é o espaço em que se forja a cultura, se simboliza a natureza e se constroem os cenários do culto

religioso; o livro onde se escrevem sinais da história, onde se imprimem as marcas do poder das civilizações.

A cultura é condicionada, mas não sobre determina por seu meio. Cada cultura vai configurando um estilo étnico de apropriação de seu ambiente (Leori-Gourhan, 1964-1965). A cultura simboliza seu ambiente em mitos e rituais, reconhece seus recursos naturais, imprime significados às suas práticas de uso e transformação. Assim, o habitat se define ao ser habitado; e esse habitar cria hábitos e define sentidos existenciais que conduziram a coevolução das culturas com seu meio, através das formas de apropriação de seu ambiente. O habitat é, pois o território habitado, engredrado pela coabitação das populações humanas com seu meio, por suas formas de fazer o amor com a natureza.

Os desajustes entre desenvolvimento cultural e equilíbrio ecológico não são recentes. As civilizações dos trópicos geraram processos populacionais e formas de apropriação de seu meio que, ao destruir seu habitat, as conduziram ao seu próprio colapso. Entretanto, esse desequilíbrio sempre existiu desde que o mundo é mundo, só que de uns tempos pra cá este processo de desequilíbrio e ruptura adquire uma dimensão global e planetária. Não é um processo geral que planeja acima das decisões, ações e percepções de cada cultura particular, destruindo seu habitat e suas formas sustentáveis de organização social. Estes processos locais de relação entre cultura e natureza (de formas particulares de habitar um habitat) foram invadidos, transformados e dominados pelo macro processo da modernização. A globalização da racionalidade econômica e tecnológica impôs-se sobre a valorização cultural da natureza e da vida, subjugando os potenciais ecológicos, dominando as identidades étnicas e desconhecendo seus saberes.

A natureza e cultura, fontes de vida, significação e potencial produtivo foram deslocados pelo processo de globalização econômica que desencadeou um processo de degradação ambiental e destruição das formas de organização da vida e da cultura. A eficiência tecnológica e a maximização do lucro de curto prazo, que regem a economia globalizada, aceleram processos de uniformização da paisagem, de produção de monoculturas, de perda de diversidade biológica, de homogeneidade cultural e de urbanização dos assentamentos humanos. Desta forma, o crescimento econômico se alimenta de um processo de extração e transformação destrutiva de recursos naturais, de degradação da energia nos processos de produção e consumo de mercadorias. Neste sentido, a racionalidade econômica e a urbanização da civilização moderna precipitaram a morte entrópica do planeta, destruindo o habitat como suporte das formas sustentáveis de habitabilidade do mundo.

3.3. O homem inserido em uma natureza sustentável

O princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como uma marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. O homem na sua magnitude, sempre foi um grande predador do seu habitat.

A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando

a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção.

A ideologia do desenvolvimento sustentável desencadeia um delírio e uma inércia incontável de crescimento (Daly, 1991). O discurso da sustentabilidade monta um simulacro que ao negar os limites do crescimento, acelera a corrida desenfreada do processo econômico e desconhecem toda lei de conservação e reprodução social para dar curso a uma degradação do sistema que transcende toda norma, referência e sentido para controlá-lo. Com isso pode-se observar a fatalidade de nosso tempo que se expressa na negação das causas da crise sócio-ambiental e nessa obsessão pelo crescimento que se manifesta na ultrapassagem dos fins da racionalidade econômica. Ou seja, o homem pode ser um predador do seu habitat contanto que o mesmo faça isso com responsabilidade social, respeitando as leis ambientais. O homem precisa estar atento a sustentabilidade, ou seja, o mesmo absorve suas riquezas naturais, não se preocupando em repô-las sistematicamente. Essa problemática ambiental surge nas últimas décadas do século XX como o sinal mais eloquente da crise da racionalidade econômica que conduziu o processo de modernização. Diante da impossibilidade de assimilar as propostas de mudança que surgem de uma nova racionalidade (ambiental) para reconstruir as bases éticas e produtivas de um desenvolvimento alternativo, as políticas do desenvolvimento sustentável vão desativando, diluindo e deturpando o conceito de ambiente. Com isso o discurso dominante da sustentabilidade promove um crescimento econômico sustentável, eludindo as condições ecológicas e termodinâmicas que estabelecem limites e condições e transformação capitalista da natureza. Neste sentido, procura-se incorporar a natureza ao capital mediante uma dupla operação: por um lado, tenta-se internalizar os custos ambientais do progresso; além disso, instrumentaliza-se uma operação simbólica – um “cálculo de significação” (Baudrillard, 1974) – que recodifica o homem, a cultura e a natureza como formas aparentes de uma mesma essência: o capital. Assim os processos ecológicos e simbólicos são reconvertidos em capital natural, humano e cultural, para serem assimilados ao processo de reprodução e expansão da ordem econômica, reestruturando as condições da produção mediante uma gestão economicamente racional do ambiente.

Com esse discurso de sustentabilidade ocorre uma reconciliação da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico. Este mecanismo ideológico não significará apenas uma volta de parafuso a mais da racionalidade econômica, mas opera uma volta e um torcimento da razão; seu intuito não é internalizar as condições ecológicas da produção, mas proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos do livre mercado como meio eficaz de assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social.

4. CURRÍCULO ESCOLAR

4.1. Conceito de currículo nas várias concepções teóricas

A palavra curriculum, de origem latina significa o curso, a rota, o caminho da vida ou das atividades de uma pessoa ou grupo de pessoas. O currículo educacional representa a síntese dos conhecimentos e valores que caracterizam um processo social expresso pelo trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas. As principais mudanças na formação de professores incidem em sua organização curricular, para tanto, faz-se necessário uma discussão sobre os fundamentos do currículo, mais especificamente as relações entre conhecimento, cultura e poder na educação. Com isso, existem alguns teóricos que conceituam o currículo sobre várias abordagens. Esses conceitos serão destacados no decorrer deste capítulo.

Começando com Goodson (1996) o currículo é definido como um percurso a ser seguido, como conteúdo apresentado para estudo. Os primeiros estudos no campo do currículo, de origem norte-americana, foram influenciados pelo modelo tecnicista de natureza prescritiva, baseados nas categorias de controle e eficiência social. Destaca-se neste sentido, a obra de Ralph Tyler (1949), na qual mostra preocupação com o estabelecimento de objetivos educacionais e com a avaliação. O currículo era visto como uma atividade neutra, instrumento de racionalização da atividade educativa e controle do planejamento. O pensamento de Tyler influenciou nos estudos sobre currículo no Brasil, adotado como fundamento teórico na organização curricular do ensino na década de 70.

A Nova sociologia da educação busca discutir os aspectos internos da escola, a relação entre a educação e as desigualdades sociais. O desvelamento das implicações do currículo com a estrutura de poder político e econômico na sociedade inseriu a problemática curricular no interior da discussão político sociológica. Michael Apple em *Ideologia e Currículo* (1982) colocou em destaque a relação entre dominação econômica e cultural e o currículo escolar. Baseado na abordagem neomarxista, o autor trabalhou a noção de currículo oculto buscando demonstrar como as escolas produzem e reproduzem a desigualdade social. A discussão sociológica do currículo, a crítica ao reducionismo e estruturalismo tem sido feita pelos autores como Young (1989), Apple (1989) e Silva (1988).

Além da teoria crítica do currículo de natureza sociológica, os estudos neste campo tiveram outros desdobramentos: Kemis (1996) tem assinalado a necessidade de uma reformulação da teoria do currículo com base na articulação teórica-prática. Stenhouse (1991) e Schwab (1983) sugerem o estudo do currículo numa perspectiva processual e prática. Sacristán (1987 e 1998) defende o modelo de interpretação que concebe o currículo como algo construído no cruzamento de influências e campos de atividades diferenciadas

e inter-relacionadas, permitindo analisar o curso de objetivação e concretização do currículo em vários níveis assinalando suas múltiplas transformações. Apple em sua obra *Ideologia e currículo* utilizam o termo tradição seletiva 3 (...) a questão e a seletividade, a forma que, de todo um campo possível de passado e presente, escolhem-se como importantes (...) significados e práticas, (...) outros são negligenciados e excluídos.

Efetivamente, como assinala Forquim (1992), aquilo que as escolas transmitem da cultura é sempre uma escolha de elementos considerados socialmente válidos e legítimos. Estudos críticos do currículo apontam que a seleção cultural sofre determinações políticas, econômicas, sociais e culturais. Neste sentido, a seleção do conhecimento escolar não é um ato desinteressado e neutro, é resultado de lutas, conflitos e negociações. Assim, entende-se que o currículo é culturalmente determinado, historicamente situado e não pode ser desvinculado da totalidade do social. Para Silva e Moreira (2000) (...) nas escolas não se aprendem apenas conteúdos sobre o mundo natural e social; adquire-se também consciência que comandam relações e comportamentos sociais (...).

O estudo que analisam os efeitos do currículo para além da aquisição de conhecimentos formais volta-se para a concepção de currículo oculto. Apontam que por meio do currículo oculto são transmitidas ideologias, concepções de mundo pertencentes a determinados grupos hegemônicos na sociedade e que serve para reproduzir as desigualdades sociais. Para Silva (1995), currículo oculto (...). São todos os efeitos de aprendizagem não intencionais que se dão como resultado de certos elementos presentes no ambiente escolar. A relevância deste conceito está na explicação que ele oferece para a compreensão de muitos aspectos que ocorrem no universo escolar. Como também, Silva (2000) acrescenta currículo oculto como conjunto de atitudes, valores e comportamentos que não fazem parte explícita do currículo, mas que são implicitamente ensinados através das relações sociais, dos rituais, das práticas e da configuração espacial e temporal da escola. A literatura crítica no campo do currículo tem argumentado a favor de uma teoria que leve em consideração a dimensão prática do currículo. Trata-se de uma perspectiva que busca compreender o currículo em ação, ou seja, os contextos de concretização do currículo desde a sua prescrição até a efetivação nas salas de aulas.

Sacristán (1998) aponta para esta perspectiva: o projeto seletivo de cultura, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se toma realidade tal como se encontra configurada. O autor foca a atenção para os condicionantes administrativos, institucionais e pedagógicos que afetam o desenvolvimento do currículo nas escolas.

A perspectiva teórica-prática ressalta os contextos do trabalho docente com o conhecimento e com o processo ensino-aprendizagem, contexto curricular complexo e problemático. Neste sentido, afirma Sacristán aos micros espaços sociais de ação, às responsabilidades de deliberação dos professores sobre seu próprio trabalho e a compreensão de como o currículo se converte em cultura real para professores e alunos. A questão central da discussão sobre currículo perpassa pelo processo de organização e seleção dos conteúdos trabalhados nas escolas. Neste sentido, ao se discutir as escolhas

feitas pelos professores, está-se discutindo não só as opções, mas as concepções acerca de uma determinada sociedade e de como se percebe seu desenvolvimento. Segundo Santos e Moreira (1996) em parte por meio do currículo, diferentes sociedades procuram desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados. Pensando a função do currículo, percebemos porque este foco de discussão é tão significativo. A palavra currículo apresenta e aparece com dois sentidos muito claros no meio pedagógico já apontado anteriormente: como conhecimento escolar ou como experiência de aprendizagem. Mesmo com enfoques diferentes, os dois sentidos estão presentes no currículo escolar, assim uma completa o outro, visto que todo currículo envolve apresentação de conhecimentos e inclui um conjunto de experiências que visam favorecer a assimilação e a reconstrução desses conhecimentos (SANTOS e MOREIRA, 1996). Desta forma, percebe-se que o currículo é uma construção social, no sentido que está diretamente ligado a um momento histórico, a uma determinada sociedade e as relações que esta estabelece com o conhecimento. Partindo disto, teremos nas diversas realidades uma pluralidade de objetivos com relação ao que ensinarem no sentido de que os conteúdos propostos compõem um quadro bastante diverso e ao mesmo tempo peculiar. Desta maneira, o currículo é um processo histórico e por meio do social se estrutura, não sendo possível de uma hora para outra deixar para trás todas as experiências passadas. Assim, ao percorrer o processo histórico do ensino no Brasil, não se pode ignorar que conteúdos eram trabalhados nos diversos momentos e como era sua organização e seleção, compreendendo como estes interferem na atual realidade.

No início deste capítulo pontua-se que currículo é um campo no qual estão presentes as relações entre conhecimento, cultura e poder na educação. Assim não posso terminar este capítulo sem antes de tudo buscar compreender que relações são essas e quais autores se aprofundam nestes estudos. Nas teorias mais tradicionais o currículo é tido como um conjunto de fatos e conhecimentos escolhidos num rol dentre outros, acumulados pela sociedade para serem transmitidos aos alunos. Para que isto aconteça basta pensar a escola como um lugar estático e o conhecimento como um elemento imutável. Neste sentido, a escola, o conhecimento e a cultura são estáticos e não recebem influências dos diversos aspectos políticos, sociais, econômicos, entre outros, que estão em nossa sociedade. Os estudos acerca de currículo, na perspectiva cultural, apontam para discussões que proporciona vislumbrar a compreensão das relações entre a cultura, o conhecimento e o poder no espaço escolar. Os estudos culturais se compõem em um campo que compreende a cultura como uma prática de significação, centrando na linguagem e no discurso da constituição social. Assim, cultura é um campo de luta em torno da construção e da imposição de significados sobre o mundo social (SILVA, 2001). Significados estes que são no interior das práticas sociais estruturados e que na escola se constituem em campos de saber, no qual os elementos ativos no processo escolar, isto é, os professores, alunos e estruturas educacionais definem como importantes para compor os tempos e espaços escolares.

Neste sentido, alguns conhecimentos são tidos como o mais legítimos, como conhecimento oficial. Desse modo, para determinado grupo, este conhecimento é tido como o ideal a ser trabalhado no espaço escolar, sendo que o conhecimento de outros grupos dificilmente chegará à escola. O currículo aqui então é visto como uma tradição seletiva (APPEL, 2000) de significações que envolvem a cultura e a identidade dos grupos sociais. Assim podendo estar inserindo na discussão o poder, que a partir das análises pós-estruturalistas inspiradas em Foucault este é concebido como descentralizado, horizontal e difuso. Utiliza-se esta definição, pois é a mais próxima das teorias que dão suporte a compreensão do currículo como um elemento no espaço escolar que não está isento das lutas que envolvem o poder nos mais diversos tempos e espaços. O currículo nunca é simplesmente uma montagem neutra de conhecimentos. Ele é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo. A partir disto podemos iniciar nossa relação com o poder e as definições curriculares presentes na escola, partindo dos elementos que culturalmente estruturam e identificam um grupo social. O poder como um elemento descentralizado e horizontal aponta para que as escolhas nem sempre sejam de fato elementos de domínio único do professor, pois forma e conteúdo cultural funciona como elementos distintivos de classe (APPEL, 2000). Assim, a educação e o currículo são vistos como campos de conflito em torno de duas dimensões centrais da cultura: o conhecimento e a identidade.

4.2. Concepção : educação ambiental no ensino formal brasileiro

O currículo não é apenas a matéria, a arquitetura da escola, ele é o poder, o qual as pessoas se baseiam para fortalecer a aprendizagem na escola.

Teorias do currículo, como todas as teorias se constituem através dos conceitos e categorias. Quando é elaborada uma teoria está sendo construída uma explicação sobre alguma coisa, portanto quando discutimos as categorias que analisam o currículo sempre estamos analisando várias concepções.

O problema do estudo para reconceitualizar a escolarização pode ser em parte ilustrado pela epistemologia básica de currículo. A palavra currículo vem da palavra latina SCURRERE, correr, e, refere-se a curso (carro de corrida). As implicações etimológicas são que, com isso, o currículo é definido com um curso a ser seguido, ou, mais especificamente, apresentado para estudo. Nesta visão contexto e construção sociais não constituem problema, porquanto, por implicação etimológica, o poder de “definição da realidade” é posto firmemente nas mãos daqueles que esboçam e “definem” o curso. O vínculo entre currículo e prescrição foi, pois, forjado desde muito cedo, e, com o passar do tempo, sobreviveu e fortaleceu-se. Em parte, o fortalecimento deste vínculo deveu-se ao emergir de padrões seqüenciais de aprendizado para definir e operacionalizar o currículo segundo modo já fixado.

É amplamente aceito o fato de que a Educação Ambiental deve dar especial atenção à população em idade escolar. No Brasil, existem esforços pontuais de projetos de educação ambiental visando escolas, com exemplos que enfocam o tratamento do lixo, a educação agroecológica no meio rural, e a

relação com a natureza. Entretanto, na maioria dos casos, a Educação Ambiental é parte de atividades complementares e dissociadas do currículo. Poucas são as ações que apontam para um trabalho mais sistemático, abrangente e que atue nos currículos escolares.

Uma das primeiras ações em relação à implantação da educação ambiental nas escolas brasileiras pode ser observada na Constituição, que estabelece no artigo 225, parágrafo VI que: Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Este dispositivo constitucional aliado aos compromissos assumidos pelo Brasil por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento a Rio 92. Quando foi produzida a Agenda 21, levaram o governo brasileiro a formular, com a participação do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), o Programa Nacional de Educação Ambiental? PRONEA, lançado em 1997. Dentre as sete linhas de ação propostas neste documento, uma enfoca especificamente o ensino formal, com propostas ligadas à capacitação dos profissionais de ensino, apoio a projetos e avaliação e produção de material pedagógico. Ainda assim, pode-se dizer que a inserção da Educação Ambiental no ambiente escolar ainda é tratada de forma inconsistente no PRONEA e, dentre os esforços feitos pelo governo federal, podem ser destacados a organização de cursos e a produção de livros e guias técnicos para professores.

Somente em 27 de abril de 1999, foi promulgada a lei no 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Dentre outras disposições, a lei define que é objetivo da educação ambiental, o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social. Dispõe também que são linhas de ação da PNEA a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental, e a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental. Ao dispor sobre a educação ambiental no ensino formal, a lei diz que a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Uma ação que poderia estimular a inserção da Educação Ambiental no ensino formal foi a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), lançados entre 1997 e 1999. Os PCN apresentam-se como uma referência curricular nacional que possa ser discutida e traduzida em propostas regionais nos diferentes estados e municípios brasileiros, visando garantir a todos o direito de acesso aos conhecimentos indispensáveis para a construção de sua cidadania. O principal efeito esperado pelos PCN era, entretanto, provocar uma reflexão sobre a função da escola. Sobre o que, quando, como e para que ensinar e aprender.

O estímulo para que cada escola tenha clareza de seu projeto educativo e o destaque dado a temas sociais urgentes, os chamados temas transversais, caracterizam a proposta dos PCN. Apesar do caráter renovador do documento, muitas críticas foram feitas a esta proposta, especialmente por não ser sugerida nenhuma maneira de executá-la. Estudos têm mostrado as dificuldades das escolas em compreender as propostas contidas no

documento, bem como em ter motivação suficiente ou metodologia para executá-las.

A educação ambiental, portanto, tem tido cada vez mais espaço tanto no campo da educação formal quanto da não-formal. Em escolas e comunidades tem-se buscado cada vez mais a reflexão para as questões sócio-ambientais.

Os objetivos dos programas educativos são diversos, mas apresentam pontos centrais em comum, tais como: o envolvimento da comunidade na elaboração do programa; a busca, além da sensibilização, de ações que levem as mudanças concretas; a busca do aumento da qualidade de vida e da cidadania entre as pessoas envolvidas; a busca da auto-gestão, ou seja, de possibilitar que a própria comunidade passe a ter autonomia na gestão ambiental local.

Uma série de questionamentos, erros e acertos, são intrínsecos ao processo. É com a reflexão crítica, experimentação e a investigação que melhores resultados serão obtidos. Dentre as várias possibilidades de aprofundamento e pesquisa em Educação Ambiental, pode-se destacar:

- O aprofundamento teórico (epistemológico) sobre a EA;
- A análise de materiais, práticas educativas e processos de capacitação de educadores;
- Técnicas para aprimorar a caracterização de problemas e conflitos ambientais;
- Os estudos de percepção e das atitudes de indivíduos em relação a temas ambientais.
- A implantação e avaliação de programas educativos.
- A proposição de novas metodologias de pesquisa e avaliação de programas.

Enfim, o movimento chamado educação ambiental é extremamente novo na história do homem. Há muito mais a fazer do que o que já foi feito. Nada está definido, e muito há que ser experimentado, mas deve-se ter em mente que o tempo para repensarmos nossa relação com a natureza é relativamente curto e a necessidade de acertos é muito grande.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a inserção da inclusão da disciplina de educação ambiental no currículo escolar, poderia haver uma grande contribuição para a formação de uma consciência sobre a importância da preservação da qualidade do meio ambiente em sua relação com o desenvolvimento, considerando os aspectos sócio-culturais, econômicos, políticos, científicos, tecnológicos, ecológicos e éticos.

O favorecimento da aquisição de conhecimentos, valores, comportamentos e habilidades práticas a partir da reorientação e articulação das diversas disciplinas e experiências educativas, para a participação responsável e eficaz na prevenção e solução dos problemas ambientais e da gestão da qualidade do meio ambiente.

A Facilitação da percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais crítica que identifique as causas e não apenas seus efeitos. Além de Induzir novas formas de conduta, nos indivíduos e na sociedade, a respeito do meio ambiente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

NUNES, *Ellen Regina Mayhé* **Alfabetização ecológica – um caminho para a sustentabilidade** : Editora: Porto Alegre, 2005 .

LEÃO, *Ana Lúcia Carneiro*, **Fazendo Educação Ambiental**, 4ª ed. rev. atual. Recife: CPRH, 1999, 32p. (Biblioteca Pernambucana do Meio Ambiente, 002)

LEÃO, *Ana Lúcia Carneiro*; CIRILO, *Ângela Maria*; SILVA, *Lúcia Maria Alves* . **JOCA DESCOBRE... NORONHA**. Recife: CPRH, 2000. 24p. ilustr.

BRASIL. Ministério da Educação - **Programa Parâmetros em Ação, meio ambiente na escola**:. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC; SEF. 2001.102p.

LEI 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a política nacional de educação ambiental.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. MEC, 1998 - 9

SITES IMPORTANTES:

- www.dominiopublico.gov.br
- Ministério do Meio Ambiente
<http://www.mma.gov.br/>
- Ibama
<http://www.ibama.gov.br/>
- Jornal do Meio Ambiente
<http://www.jornaldomeioambiente.com.br/>
- WWF Brasil
<http://www.wwf.org.br/>
- EDAMAZ - Educação Ambiental na Amazônia
<http://www.unites.uqam.ca/EDAMAZ/>
- EE links
<http://eelink.net/perspectives-organizacionaleeperspectives.html>
- Ambiente e Sociedade (revista da UNICAMP)
<http://nepam.unicamp.br/revista>
- Ecosolidariedade
<http://www.ecosolidariedade.com.br/>
- Educador Ambiental
<http://www.ecopress.com>
- FAOR – Fórum da Amazônia Oriental
<http://www.ipam.org.br/>
- Folha do Meio Ambiente
<http://www.folhadomeioambiente.com.br>
- Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
<http://www.funbio.org.br>

- Grupo de Estudos da Amazônia
<http://www.amazonia.org.br/>
- Instituto Ecoar Cidadania
<http://www.ecoar.org.br/>
- ISA – Instituto Sócio-Ambiental
<http://www.socioambiental.org>
- Laboratório de Engenharia Ecológica da UNICAMP
<http://www.unicamp.br/fea/ortega/homepage.htm>